

LEI MUNICIPAL Nº 602/2015

Institui o Plano Municipal de Educação - PME
e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANADIA/AL, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º - São diretrizes do Plano Municipal de Educação de Anadia:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria na qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município de Anadia;
- VIII – estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto que assegure atendimento às necessidades de expansão, como padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º - As metas previstas no anexo desta Lei serão cumpridas no prazo da vigência deste Plano Municipal de Educação, desde que não seja preconizado prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º - As metas previstas no anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

P. Araújo



Parágrafo Único – o Poder Público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência.

Art. 5º - A execução do Plano Municipal de Educação e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

- I – Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer;
- II – Câmara Municipal de Vereadores;
- III – Fórum Municipal de Educação – FME.

§1º - Compete, ainda, as instâncias referidas no *caput*:

- I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;
- II – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;
- III – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2º - A cada 02 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste Plano Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no anexo desta Lei, com informações organizadas e consolidadas em âmbito municipal, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

§3º - A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do Plano Municipal de Educação, podendo o período de vigência ser ampliado por meio de lei para atender as necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§4º - O investimento público em educação a que se refere o inciso VI do art. 214 da Constituição Federal e a meta 20 do anexo desta Lei englobam os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal e art. 60 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial na forma do art. 213 da Constituição Federal.

§5º - Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de gás natural e petróleo, na forma da lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

D. M. S.

Art. 6º - O Município de Anadia promoverá a realização de pelo menos 02 (duas) conferências municipal de educação até o final do decênio, precedidas de assembleias preparatórias, articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Anadia.

§1º - Compete ao Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no *caput*:

- I – acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação e o cumprimento de suas metas;
- II – promover a articulação das conferências municipais de educação com as assembleias preparatórias que as precederem.

§2º - As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 04 (quatro) anos entre elas, com a finalidade de avaliar a execução deste Plano Municipal de Educação e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º - O Município de Anadia atuará em regime de colaboração, com a União e o Estado de Alagoas, visando alcance das metas e a implementação das estratégias objeto deste Plano.

§1º - Caberá à Gestão Municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste Plano Municipal de Educação.

§2º - As estratégias definidas no anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º - Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em consideração as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a esta comunidade.

§4º - O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento educacional.

Art. 8º - O Município de Anadia deverá iniciar a elaboração de seu plano de educação subsequente, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação -- PNE e Plano Estadual de Educação _ PEE, no prazo máximo de 02 (dois) anos antes do encerramento do plano vigente.

§1º - O Município estabelecerá no respectivo plano de educação estratégica:

- I – A articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

Handwritten signature:
Rômulo

II – As necessidades específicas das populações do campo, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III – A garantia ao atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todas as etapas e modalidades;

IV – A promoção da articulação municipal na implementação das políticas educacionais.

§2º - O processo de elaboração do Plano Municipal de Educação subsequente ao explicitado no *caput* deste artigo deverá ser realizado com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art. 9º - O Município de Anadia deverá aprovar leis específicas para o sistema de ensino, com o fim de disciplinar a gestão democrática da educação pública municipal nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 02 (dois) anos contados da publicação desta Lei, devendo prezar pela adequação a legislação local já adotada com a referida finalidade.

Art. 10 – O Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município de Anadia serão reformulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste Plano Municipal de Educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11 – O Município de Anadia colaborará com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, para constituir fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

§1º - O sistema de avaliação a que se refere o *caput* deste artigo produzirá, no máximo, a cada 02 (dois) anos:

I – Indicadores de rendimento escolar referentes ao desempenho dos estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos alunos de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, bem como aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

II – Indicadores de avaliação institucional relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a melhoria de infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos de gestão, entre outras relevantes.

§2º - A elaboração e divulgação de índices para avaliação de Qualidade, como o índice de desenvolvimento da educação básica -- IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do §1º deste artigo não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

Daivez

§3º - Os indicadores mencionados no §1º deste artigo serão estimados por etapa, estabelecimento de ensino, rede escolar, unidade da Federação e em nível agregado nacional, sendo amplamente divulgados, ressalvada a publicação de resultados individuais e indicadores por turma, os quais serão divulgados exclusivamente para a comunidade do respectivo estabelecimento e para o órgão gestor da respectiva rede de ensino.

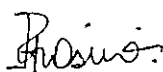
§4º - Compete ao INEP a elaboração e o cálculo do IDEB e dos indicadores referidos no §1º deste artigo.

§5º - A avaliação de desempenho dos estudantes em exame, referida no inciso I do §1º deste artigo, deverá ser diretamente realizada pela União ou, mediante acordo de cooperação, pelo Município, caso mantenha sistema próprio de avaliação do rendimento escolar, assegurada a compatibilidade metodológica entre esse sistema e o nacional, especialmente no que se refere às escalas de proficiências e ao calendário de aplicação.

Art. 12 – Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, o Poder Executivo Municipal encaminhará a Casa Legislativa Municipal, sem prejuízo de suas prerrogativas, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, o qual incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 13 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anadia/AL, 23 de Junho de 2015.



PAULO HENRIQUE SANTOS DAMASO
Prefeito
Município de Anadia